

Programa de Lutas Unificado e ações aprovadas – 13º CONSINJUS

1. Introdução

O presente Plano de Lutas é fruto das deliberações coletivas da categoria representada pelo SINJUS-MG e tem como objetivo organizar e unificar as ações políticas e sindicais ao longo de 2025/2028. Este documento define eixos prioritários de reivindicação, estratégias de mobilização e mecanismos de negociação com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG),

o Governo Estadual e o Federal e demais instâncias relacionadas.

A conjuntura atual impõe enormes desafios: congelamento de salários, ausência de políticas efetivas de valorização, sobrecarga de trabalho, assédio moral institucional, implementação de novas tecnologias sem debate e ameaças permanentes de retirada de direitos. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a construção de um plano sólido e estratégico, capaz de mobilizar a categoria, dialogar com a sociedade e pressionar os gestores.

2. Diagnóstico da conjuntura

- Defasagem salarial: inexistência de uma política de melhoria salarial com ganho real, além de perdas acumuladas pela não aplicação da data-base e ausência de recomposição inflacionária em tempo razoável, conforme prevê a Lei Estadual 18.909/2010.
- Carência de pessoal: déficit de servidores que compromete a qualidade do serviço e sobrecarrega os trabalhadores.
- Ataques a direitos: reformas administrativas e previdenciárias que ameaçam constantemente a estabilidade, as aposentadorias e as garantias históricas.
- Gestão pouco democrática: práticas centralizadoras no TJMG, com baixa transparência e pouca participação dos servidores nas decisões estratégicas e orçamentárias.
- Transformações tecnológicas: implementação de Inteligência Artificial (IA) e novos sistemas digitais sem consulta à categoria, trazendo riscos de precarização, intensificação de metas e assédio, além da ausência de capacitação adequada.
- Contexto social: a população mineira exige um Judiciário ágil e acessível, que só pode ser garantido pela valorização dos servidores.

3. Eixos de luta

Valorização salarial

- Reposição imediata das perdas inflacionárias acumuladas.
- Aplicação anual e obrigatória da data-base, como prevê a Constituição.
- Criação de uma política salarial permanente, que assegure previsibilidade e evite novas defasagens.
- Garantia de isonomia entre os servidores do TJMG e de outros tribunais estaduais e federais.

Plano de Carreira e atribuições

- Atualização e modernização do Plano de Carreira e das atribuições dos servidores.
- Incorporação das novas atribuições decorrentes da digitalização e do uso da IA.
- Progressão funcional justa, com critérios objetivos e transparentes.
- Instituição de mesas permanentes de negociação sobre a carreira.

Defesa de direitos e garantias

- Respeito às conquistas históricas da categoria.

- Combate ao assédio moral e às práticas de gestão abusivas.
- Defesa da previdência pública e dos direitos sociais.
- Solicitar relatórios de quantidade e local de atuação de terceirizados em cargo comissionado para avaliar a possibilidade de utilização dos servidores habilitados pela Promoção Vertical (PV).
- Lutar por assento no CNJ.
- Disponibilizar cursos de formação política para os servidores de forma ampla com pontuação para a PV.
- Ampliar a discussão sobre as jornadas de trabalho de 6 horas e de 8 horas e avaliar os impactos na saúde mental dos servidores com o aumento da jornada de trabalho.
- Estabelecer, por meio de ato normativo interno, um percentual máximo de terceirização por unidade, evitando a substituição total das equipes de carreira.
- Criar políticas de capacitação contínua, incentivo à especialização e mecanismos de reconhecimento por mérito, alinhados às metas institucionais.
- Realizar concursos periódicos para suprir cargos estratégicos, priorizando a manutenção da estrutura de carreira e a preservação da memória organizacional.
- Propor indicadores que não se limitem à produtividade numérica, incluindo índices de satisfação do servidor, taxa de rotatividade e qualidade no atendimento.
- Ajustar resoluções e atos administrativos para explicitar que a terceirização é um instrumento complementar, não podendo implicar o esvaziamento das carreiras públicas.
- Instituir mecanismos de auditoria e avaliação periódica para verificar a economicidade, a legalidade e os impactos da terceirização nos resultados e nos servidores.

Condições de trabalho

- Estrutura física adequada e equipamentos modernos.
- Programas de saúde e segurança no trabalho, com foco em prevenção ao adoecimento físico e mental.
- Teletrabalho: regulamentação transparente, garantia de direitos iguais, criação de auxílio-tecnológico, metas justas e programas de ergonomia.

Democracia, transparência e serviço público

- Maior transparência orçamentária e administrativa do TJMG.
- Regulamentação das mesas permanentes de negociação com participação sindical.
- Defesa do serviço público como direito social essencial.
- Combate a propostas de privatização ou terceirização de atividades judiciais.

Tecnologia, IA e novas atribuições dos servidores

- Regulamentação transparente do uso da Inteligência Artificial e de sistemas digitais.
- Garantia de que a inovação não seja usada para substituir ou precarizar postos de trabalho.
- Criação de comissão paritária (TJMG + SINJUS) para acompanhamento da implantação de novas tecnologias.
- Capacitação contínua dos servidores, custeada pelo TJMG.
- Construção das novas atribuições com participação efetiva dos servidores.
- Informação e formação dos servidores quanto às Inteligências Artificiais.

Auxílios e benefícios

- Reajuste imediato e constante dos auxílios (alimentação, transporte, saúde, creche etc.).
- Ampliação do auxílio tecnológico para que seja fornecido notebook e sua manutenção para os teletrabalhadores, bem como atendimento eficiente pela informática.
- Revisão anual dos valores.
- Inclusão de novos auxílios (medicamento para os aposentados, auxílio para teletrabalho).
- Equiparação dos auxílios aos praticados em outros tribunais e com a magistratura.

- Buscar melhorias nas condições de trabalho preservando a saúde do teletrabalhador.

Acessibilidade e inclusão

- Plano permanente de acessibilidade física e digital no TJMG.
- Garantia de sistemas compatíveis com leitores de tela e demais recursos tecnológicos de acessibilidade.
- Programas de inclusão para servidores com deficiência ou necessidades específicas.
- Campanhas de conscientização contra a discriminação e pela diversidade.
- Reserva orçamentária para adaptações estruturais e tecnológicas.

Aposentados e pensionistas

- Recomposição justa: lutar para que aposentados e pensionistas tenham os mesmos índices de reajustes aplicados aos servidores da ativa.
- Defesa dos direitos adquiridos: preservação desses direitos para quem já os conquistou, bem como luta contra retrocessos em reformas.
- Isonomia com magistratura, ALMG, MP e TCE na política de limite salarial.
- Saúde e qualidade de vida: ampliação dos programas de saúde, bem-estar e apoio social existentes para os ativos e criação de programas específicos para aposentados e pensionistas.
- Auxílios e benefícios: criação do auxílio medicamento no intuito de garantir a continuidade do poder de compra no ato da aposentadoria.
- Combate às perdas previdenciárias: combate para o fim do pagamento de contribuição previdenciária que impactam desproporcionalmente aposentados.
- Reconhecimento e valorização: promoção de campanhas de valorização dos aposentados, destacando sua importância histórica na construção do Judiciário mineiro.

Fortalecimento sindical

- Incentivo à presença de servidores em assembleias, reuniões e atividades sindicais, fortalecendo a luta.
- Fortalecimento da unidade sindical: articulação permanente com entidades representativas do Judiciário (SERJUSMIG, SINDOJUS, entre outras) e do funcionalismo público em geral, em busca da unidade sindical.
- Formação política e sindical: promoção de cursos, seminários e oficinas para capacitar a base em temas como direitos trabalhistas, previdência, carreira, democracia e novas tecnologias.
- Comunicação e transparência: intensificação da comunicação sindical por meio de boletins, redes sociais, campanhas e relatórios de prestação de contas.
- Defesa da autonomia sindical: preservação da independência política e financeira do SINJUS frente a pressões externas.
- Incentivar a representatividade política.
- Estabelecer comunicação estratégica com os servidores em teletrabalho para alcançá-los; realizar estudo junto a especialistas do tema e fazer seminários para discutir o teletrabalho na luta sindical.

4. Ações estratégicas

- Protocolar ou reforçar propostas de recomposição salarial, atualização do Plano de Carreira e reajuste e criação dos auxílios.
- Criar, reformular ou reforçar a importância das comissões paritárias com o TJMG para discutir tecnologia, saúde no trabalho, carreira e condições de trabalho.
- Realizar campanhas de comunicação e mobilização, dialogando com a sociedade sobre a importância dos servidores para a Justiça.
- Exigir maior transparência administrativa e orçamentária do TJMG.

- Reivindicar programas de capacitação contínua, custeados pelo TJMG.
- Criar, reformular ou reforçar mecanismos sindicais para monitorar assédio moral, direitos previdenciários, acessibilidade e impactos da tecnologia.
- Realizar seminários e encontros formativos com especialistas em:
 - Carreira e Gestão de Pessoas no Judiciário (modelos de Plano de Carreira, progressão, valorização);
 - Inteligência Artificial e novas tecnologias, com foco nos impactos no mundo do trabalho;
 - Futuro do Poder Judiciário, discutindo democratização, acesso à justiça e fortalecimento do serviço público.
- Promover seminários, palestras e auditoria sobre os impactos da IA no trabalho e no atendimento à população.
- Produzir relatórios técnicos e jurídicos para embasar as reivindicações em negociações e campanhas públicas.
- Criar um Programa de Formação de Novas Lideranças, voltado principalmente para novos servidores, mulheres, negros e pessoas com deficiência, incentivando sua participação ativa no Sindicato.
- Construir proposta de Plano Permanente de Acessibilidade do Judiciário, com metas anuais de adaptação física e digital, exigindo auditorias periódicas em prédios e sistemas, com relatórios públicos sobre acessibilidade.
- Intensificar a construção de projeto estratégico para garantir representação direta dos servidores do Judiciário em espaços de poder, por meio de:
 1. apoio, debate e organização da candidatura de representantes da categoria a cargos políticos (vereadores, deputados estaduais e federais).
 2. criação de um fórum interno de formação para preparar lideranças sindicais e de base para atuação política.
 3. estabelecimento de compromissos programáticos que vinculem as candidaturas ao fortalecimento do serviço público e à defesa intransigente dos direitos dos servidores.
- Ampliar a articulação com outras entidades do Judiciário e do funcionalismo público para construir unidade de ação.
- Promover audiências públicas na Assembleia Legislativa em defesa do serviço público.

5. Avaliação e ajustes

O Plano de Lutas será dinâmico e flexível, com revisões periódicas em assembleias da categoria. O acompanhamento frequente garante transparência e legitimidade às ações.

6. Conclusão

O SINJUS-MG reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos e a valorização dos servidores da Justiça de 2ª Instância de Minas Gerais. Somente por meio da organização coletiva, da unidade e da mobilização permanente será possível conquistar avanços e resistir aos retrocessos.